

A Identidade Nacional e seus impactos nas memórias Kaingang: resistências e desnaturalizações no Oeste Catarinense

National Identity and its impacts on Kaingang memories: resistance and denaturalization in Western Santa Catarina

Teresa Machado da Silva Dill*

Palavras-chave:

Identidade nacional

Povo Kaingang

Consciência histórica

Resumo: O artigo problematiza a formação da identidade nacional brasileira, analisa como ela incide sobre as memórias Kaingang, evidencia processos de silenciamento, resistência e ressalta a necessidade de desnaturalizar práticas preconceituosas no Oeste catarinense. A partir de uma abordagem historiográfica e da escuta de vozes indígenas, evidencia-se como a construção da ideia de nação foi marcada por processos de homogeneização cultural que invisibilizaram as diferenças étnicas e relegaram os povos originários a papéis secundários ou folclorizados. Nesse contexto, analisa-se a persistência de estereótipos, o apagamento cultural e as formas sutis de exclusão no tempo presente, muitas vezes disfarçadas sob discursos de integração e progresso. O texto articula teoria e prática por meio do diálogo com autores de referência e com as evidências do cotidiano, destaca as estratégias de resistência Kaingang na defesa de seus territórios, no fortalecimento da língua e na preservação da cultura ancestral. Conclui-se que o respeito à diversidade e a superação do preconceito requerem compreensão histórica crítica, bem como a desnaturalização de pensamentos e práticas eurocentradas que ainda estruturam a sociedade brasileira.

Keywords:

National identity

Kaingang people

Historical consciousness

Abstract: This article problematizes the formation of Brazilian national identity, analyzes how it impacts Kaingang memories, highlights processes of silencing and resistance, and emphasizes the need to denaturalize prejudiced practices in western Santa Catarina. Through a historiographical approach and listening to Indigenous voices, it demonstrates how the construction of the idea of nation was marked by processes of cultural homogenization that rendered ethnic differences invisible and relegated Indigenous peoples to secondary or folklorized roles. In this context, it analyzes the persistence of stereotypes, cultural erasure, and subtle forms of exclusion in the present time, often disguised under discourses of integration and progress. The text articulates theory and practice through dialogue with reference authors and everyday evidence, highlighting Kaingang resistance strategies in defending their territories, strengthening their language, and preserving their ancestral culture. It is concluded that respect for diversity and overcoming prejudice require a critical historical understanding, as well as the denaturalization of Eurocentric thoughts and practices that still structure Brazilian society.

Recebido em 14 de setembro de 2025. Aprovado em 13 de novembro de 2025.

* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo -UPF. Professora e coordenadora das Licenciaturas Interculturais na Unochapecó. E-mail: teredill@unochapeco.edu.br e 51638@upf.br.

Introdução

Desde o período colonial, os povos originários foram submetidos a processos contínuos de dominação cultural, expropriação territorial e violência que transformaram profundamente suas formas de vida e suas estruturas sociais. Essa lógica se cristalizou nos projetos de construção da identidade nacional no Brasil e em outros países da América Latina. Políticas de integração forçada e práticas de marginalização promoveram o apagamento de culturas e afetaram, de modo direto as cosmologias indígenas.

A concepção de uma identidade nacional homogênea orientou discursos e práticas que negaram a diversidade étnica e impuseram valores, línguas e modos de vida distantes das tradições indígenas. Ainda assim, eles sustentaram formas de resistência que mantêm viva a continuidade e a afirmação de suas culturas.

A partir da segunda metade do século XX, movimentos em defesa dos direitos civis e humanos ampliaram o debate sobre diversidade, inclusão e respeito às diferenças. Nesse cenário, a pluralidade cultural passou a ser reconhecida como dimensão essencial da vida social e política, recolocando em pauta discussões sobre pertencimento, memória e desigualdades históricas no país.

É nesse contexto que o artigo discute como os projetos de construção da identidade nacional brasileira incidem sobre as memórias Kaingang, especialmente no Oeste catarinense. A análise evidencia formas impositivas que marcaram a história desse povo e questiona representações estereotipadas naturalizadas pela sociedade não indígena. O texto destaca a importância histórica Kaingang na região e os mecanismos de negação cultural sustentados por narrativas de matriz eurocentrada.

O estudo examina os mecanismos que alimentam práticas discriminatórias nas representações sociais e reforça a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade cultural. Busca-se promover, entre leitores indígenas e não indígenas, a compreensão das raízes históricas das desigualdades presentes no cotidiano e estimular a formação de uma consciência histórica sobre visões preconceituosas do “outro”.

Espera-se que essas reflexões ampliem o diálogo e fortaleçam relações mais respeitosas e equitativas.

A justificativa deste estudo organiza-se em dois eixos. O primeiro nasce dos diálogos com acadêmicos Kaingang e anciãos, que frequentemente expressam sentimentos de exclusão e preocupação diante do risco de aniquilamento cultural. O segundo decorre da necessidade de compartilhar essas inquietações e ampliar a compreensão sobre as origens e a persistência sobre práticas preconceituosas.

Metodologicamente, o texto articula reflexões teóricas, experiências vividas e escutas sensíveis que buscam promover visibilidade às vozes indígenas e às suas narrativas. A estrutura do artigo está organizada em três partes: a análise da construção da identidade nacional e seus impactos sobre os povos originários; a inserção do povo Kaingang nesse panorama; e a trajetória desse povo e sua luta por reconhecimento no Oeste catarinense.

A construção da identidade nacional e os impactos sobre os povos originários

A concepção de identidade nacional no contexto brasileiro emerge de discursos de homogeneização cultural e, ao longo do tempo, tornou-se objeto de amplos debates nas áreas de História, Sociologia e Antropologia, com destaque para autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Roberto DaMatta e Marilena Chauí. Somam-se a essas contribuições as reflexões de pesquisadores internacionais, como Benedict Anderson, Stuart Hall e Zygmunt Bauman, essenciais para compreender as estratégias para a construção das nações e das identidades nacionais, bem como os efeitos desses projetos sobre as diversidades culturais.

As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais vivenciadas no início do novo milênio, especialmente no âmbito das políticas públicas, voltadas ao reconhecimento e ao respeito à diversidade, convidam o historiador a problematizar e denunciar discursos superficiais, oportunistas e descontextualizados, nos quais o respeito à diferença é frequentemente apresentado de forma vaga e imprecisa. Como historiadora, entendo que tais

abordagens limitadas não contribuem para o desenvolvimento da consciência histórica, compreendida por Rüsen (2001, p. 59) como o “[...] trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir de acordo com a experiência do tempo”. Nesse sentido, torna-se necessário investigar como, historicamente, foram constituídas as formas de pensar e de produzir determinadas narrativas, neste caso, aquelas relativas à identidade nacional.

É importante lembrar que, na América Latina, especialmente no final do século XIX, os grupos dirigentes idealizaram a formação da identidade nacional a partir de um olhar de depreciação e deformação dos povos locais, buscou-se adequá-los aos modelos de nações modernas, “civilizadas” e brancas. Nesse contexto, consolidou-se a política do branqueamento, que naturalizou a superioridade atribuída à “raça” branca, enquanto povos indígenas e africanos foram classificados como inferiores e, portanto, marginalizados.

O discurso político e historiográfico da época manteve-se alinhado ao ideal de uma nação “civilizada” em oposição à “barbárie”. O mito do progresso e das “luzes” foi amplamente difundido por uma narrativa modernizadora, orientada pelos valores da sociedade ocidental (WASSERMAN, 2003). A autora destaca ainda, que os enunciados produzidos pelas frações dominantes não eram consensuais, e que posicionamentos divergentes do modelo de nação estabelecido, eram frequentemente reprimidos por meio de práticas coercitivas. Indivíduos e grupos que não se ajustavam ao padrão imposto eram severamente penalizados. Assim, interesses políticos e econômicos interferiram diretamente na produção do saber e reconfiguraram os valores dos diversos segmentos sociais. Conforme Wasserman (2003), em toda forma de identidade tradicionalmente constituída havia uma parcela de dogmatismo.

Em Raízes do Brasil (1936), Sérgio Buarque de Holanda analisa os fundamentos da formação cultural brasileira, destaca como nossas instituições e formas de convivência foram influenciadas por valores importados de países distantes. Holanda afirma que ‘toda cultura só absorve, assimila e elabora, em geral, os traços de outras culturas

quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida’ (HOLANDA, 1995, p. 40). Embora formulada há quase um século, essa constatação permanece atual, pois dialoga com as resistências culturais observadas no contexto contemporâneo e com os desafios enfrentados pelos Kaingang.

Em diferentes contextos históricos e sociais, observa-se que indivíduos e grupos pertencentes a culturas historicamente subalternizadas, buscam se aproximar de modos de vida, valores e práticas de grupos considerados superiores. Frequentemente, esses movimentos são motivados pelo desejo de inclusão e reconhecimento, mas podem gerar silenciamentos, negações ou descaracterizações das próprias identidades culturais. Frantz Fanon (2008) discute como essa busca por aceitação no espaço do “outro” pode resultar na internalização de padrões coloniais e na rejeição de elementos da própria cultura. De modo complementar, Homi Bhabha (1998) analisa tais processos a partir da noção de hibridismo cultural, evidenciando que, embora a aproximação entre culturas gere novas configurações identitárias, ela também revela tensões, conflitos e profundas assimetrias de poder.

Nessa mesma linha, o artigo “O Nome dos Outros”, de Silvia Duschatzky e Carlos Skliar (2000), aprofunda o debate sobre a alteridade e mostra como a modernidade produziu múltiplas estratégias de regulação e controle da diferença que, embora sutis, operam dentro de uma narrativa dominante. Entre essas formas de controle, destacam-se a demonização do outro; sua transformação em sujeito ausente, quando as diferenças são apagadas nos discursos sobre cultura; a criação de mecanismos que limitam a diversidade; a invenção de identidades dependentes de traduções oficiais; e a fixação da diferença em estereótipos que reforçam identidades homogêneas e estáveis.

As representações da alteridade não atuam apenas como descrições externas, mas como dispositivos que organizam relações de poder. Longe de serem neutras, elas operam na produção de distanciamentos, diluem conflitos históricos e estabelecem fronteiras simbólicas que regulam pertencimentos e exclusões. Nessa perspectiva, Bhabha (1994) enfatiza que a cultura constitui um território marcado por disputas de tradução e de

autoridade. A pergunta sobre “quem traduz quem e a partir de quais sentidos” não é retórica: ela revela que o controle dessas traduções permite à sociedade majoritária definir quais identidades serão reconhecidas e quais permanecerão invisibilizadas, o que legitima hierarquias culturais que estruturam desigualdades.

Essas representações, sustentadas por discursos oficiais e por políticas de integração, buscaram redefinir os povos originários segundo parâmetros coloniais de civilização e progresso. Contudo, tais iniciativas nunca se efetivaram plenamente: diante das imposições externas, os Kaingang afirmaram suas identidades por meio da preservação de saberes, línguas e formas próprias de organização social. Suas resistências revelam que a tentativa de uniformizar a nação produziu contradições profundas, expondo os limites de um projeto que, ao negar a diversidade, negou também parte essencial da própria história brasileira.

As traduções oficiais sobre esses grupos, muitas vezes eufemizadas ou distorcidas, tiveram impactos concretos: marginalização cotidiana, negação de direitos territoriais e obstáculos persistentes à afirmação de seus modos próprios de existir. Nesse processo, os Kaingang não apenas tiveram suas identidades definidas pelo olhar externo, mas foram inseridos em estruturas que naturalizaram desigualdades de poder.

Ao mesmo tempo, a assimilação cultural não constitui um mecanismo simples de imposição. Como argumenta Sérgio Buarque de Holanda (1985), a cultura possui formas internas de seleção que permitem resistir, reinterpretar ou recusar elementos externos. Essa perspectiva abre espaço para compreender os Kaingang não apenas como vítimas de processos de apagamento, mas como agentes que acionam estratégias de continuidade cultural, ressignificação de práticas e afirmação identitária, frente as pressões históricas.

O tensionamento entre coerção e agência, entre tradução hegemônica e tradução própria, constitui hoje um dos pontos centrais para entender tanto a persistência das desigualdades quanto as formas de resistência dos Kaingang no cenário contemporâneo. Essas desigualdades têm raízes profundas nas narrativas que moldaram o imaginário da nação, como as interpretações de

Gilberto Freyre sobre a mestiçagem e a formação do Brasil.

Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933), apresenta a mestiçagem como elemento estruturante da identidade brasileira. Para o autor, “mesmo o branco [...] traz na alma, senão no corpo [...] a integração de três raças” (FREYRE, 1998, p. 383). Embora reconheça a presença indígena e africana na composição social do país, sua interpretação precisa ser problematizada. A noção de “integração das raças” tende a romantizar a escravidão, naturalizar desigualdades e encobrir as formas de violência que marcaram a colonização — entre elas, o estupro sistemático de mulheres indígenas e negras e a desumanização imposta a esses grupos. Ao transformar a violência em símbolo de harmonia racial, o discurso freyriano contribuiu para consolidar um ideal de nação que valoriza a mestiçagem como traço identitário, ao mesmo tempo em que silencia as assimetrias históricas que sustentam esse mito.

Marilena Chaui, em *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária* (2000), aprofunda essa crítica ao evidenciar que a ideia de uma sociedade racialmente harmoniosa funciona como ficção ideológica construída pelas elites para legitimar privilégios e ocultar conflitos estruturais. Para a autora, o autoritarismo brasileiro — presente desde o período colonial — produz mecanismos de exclusão que limitam a participação democrática e marginalizam grupos historicamente oprimidos, como negros e povos indígenas.

Com base em Bauman (2005), entende-se que a identidade não é algo fixo, mas um processo em constante transformação. No contexto da chamada “modernidade líquida”, as referências que antes pareciam estáveis tornam-se mutáveis, gerando, ao mesmo tempo, sentimentos de incerteza e possibilidades de criação de novos modos de pertencimento e ação.

Autores como Benedict Anderson, Ernest Gellner e Eric Hobsbawm reforçam que a identidade nacional não surge de modo espontâneo, mas é construída historicamente por meio de escolhas políticas. Anderson (1983) descreve a nação como uma “comunidade imaginada”, sustentada por narrativas, símbolos e rituais que produzem a sensação de pertencimento. Gellner acrescenta que o

Estado desempenha papel decisivo nesse processo ao padronizar culturas e modos de vida, sobretudo por meio do sistema educacional. Hobsbawm (1990) completa essa discussão ao mostrar que muitas tradições consideradas antigas são, na verdade, criações recentes, formuladas para gerar coesão social e legitimar determinados projetos políticos.

As interpretações analisadas convergem ao demonstrar que a identidade nacional não é natural, neutra ou estável, mas uma construção histórica moldada por disputas simbólicas e relações de poder. Se, por um lado, pode gerar sentimento de pertencimento, por outro, também pode legitimar exclusões, ocultar desigualdades e sustentar hierarquias.

Nesse cenário, torna-se indispensável examinar como esses discursos, ao longo do tempo, impactaram povos originários como os Kaingang, cujas memórias, línguas e práticas culturais foram frequentemente silenciadas pelos projetos hegemônicos de construção da nação.

A formação da Identidade brasileira e a marginalização dos povos originários

A compreensão de que a identidade nacional brasileira é fruto de disputas de poder, narrativas seletivas e processos de exclusão permite, observar como esses discursos se traduziram em práticas concretas de controle e assimilação.

É importante ressaltar que a independência política do Brasil não rompeu com as concepções coloniais de inferiorização dos povos indígenas; ao contrário, reafirmou-as sob novas formas discursivas. As imagens ontológicas construídas desde o século XVI — que definiam o indígena como primitivo, atrasado ou incapaz de autogoverno — permaneceram como fundamentos simbólicos da identidade nacional.

Nesse contexto, a oposição entre civilização e barbárie foi atualizada para legitimar o projeto de modernização do Estado e sustentar a ideia de uma nação homogênea e “civilizada”. Assim, políticas de integração e tutela substituíram o extermínio direto, mas continuaram operando como dispositivos de controle, negando às populações indígenas o direito

de existir segundo suas próprias cosmologias e sistemas de conhecimento.

Ao longo da formação do Estado brasileiro, especialmente a partir do final do século XIX, políticas públicas, discursos oficiais e ações colonizatórias, enquadraram os povos originários em modelos culturais considerados legítimos pela sociedade nacional. Para povos como os Kaingang, isso significou enfrentar intervenções que afetaram diretamente seus territórios, modos de vida e sistemas de conhecimento.

Nesse período, a definição do que seria “o Brasil” veio acompanhada de efeitos violentos sobre diferentes grupos étnico-culturais. A consolidação da República intensificou a expropriação de terras indígenas, o deslocamento forçado de comunidades, a imposição da língua portuguesa e a valorização exclusiva de práticas ocidentais. Muitas dessas ações foram legitimadas por narrativas que retratavam os povos indígenas como obstáculos ao progresso, naturalizavam a desigualdade e apagavam culturais.

As representações sobre os povos originários, produzidas desde os primeiros contatos, já carregavam estigmas que serviram de base para sustentar os padrões estabelecidos pelo regime republicano. Os indígenas foram descritos como bárbaros, preguiçosos, violentos, atrasados ou essencialmente ligados à natureza, onde tais percepções foram sintetizadas na categoria genérica “índios”. Trata-se de um conceito eurocentrado que uniformiza a diversidade indígena e legitima sua subalternização. A reprodução desses estereótipos se fortaleceu também na escola, onde livros didáticos e discursos docentes frequentemente reforçaram visões romantizadas ou depreciativas, sem problematizar as relações de poder que lhes davam origem.

Para compreender de modo situado como esses processos se materializaram, é necessário observar a trajetória histórica dos Kaingang. Trata-se de um povo do tronco linguístico Jê, com presença majoritária na região Sul do Brasil, que historicamente ocupou amplas áreas de florestas de araucária em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seu modo de vida estava profundamente vinculado à terra, às matas e aos seres naturais, elementos centrais de sua cosmologia.

O antropólogo Darcy Ribeiro (2006) contextualiza a relação dos Kaingang com os ciclos econômicos e seus impactos ao território sulista, especialmente a partir do século XIX. Ele destaca que, embora inicialmente pouco visados como mão de obra escravizada, os Kaingang foram diretamente afetados pela expansão da pecuária, pelo avanço das plantações de café e pela construção das ferrovias. Nesses processos, o território Kaingang foi cercado por criadores de gado e cafeicultores, resultando em confrontos, deslocamentos e rupturas culturais.

O avanço das frentes de colonização, impulsionado por engenheiros, agrimensores e proprietários rurais, tornou-se cada vez mais intrusivo. Os registros analisados por Ribeiro mostram que, no início do século XX, conflitos envolvendo agrimensores e colonos se intensificaram, com saldo desproporcional de violências cometidas contra os indígenas. O surgimento de grupos de bugreiros, especializados em chacinar aldeias, revela o grau extremo de brutalidade mobilizado para liberar terras para a economia agroexportadora. Esses ataques eram planejados e financiados publicamente, por meio da articulação entre interesses econômicos e discursos civilizatórios.

Paralelamente, empresas ferroviárias e fazendeiros difundiram a imagem dos Kaingang como inimigos do progresso, responsáveis pelo atrasos da construção de estradas de ferro. Esse enquadramento consolidou representações que atravessaram gerações, reforçando a ideia de que os indígenas seriam incapazes de “usar adequadamente” a terra. Expressões ainda presentes no cotidiano, como “Por que dar terras para os índios se eles não plantam?”, se alimentam dessa herança histórica. Tais discursos ignoram os modos próprios de manejo ambiental, sustentam preconceitos e reforçam uma lógica de devastação que produz impactos ambientais que hoje recaem sobre toda a sociedade.

Para enfrentar essas percepções, é essencial construir uma consciência histórica capaz de desnaturalizar visões cristalizadas, denunciar e combater os processos de dominação que estruturaram o passado e ainda moldam o presente. Como explica Rüsen (2001), essa consciência oferece meios para interpretar as transformações ao longo do

tempo e orientar ações mais responsáveis. Sob essa perspectiva, compreender como a identidade nacional brasileira produziu e ainda produz narrativas sobre os povos originários torna-se decisivo para superar estereótipos e favorecer relações mais justas e respeitosas.

À luz dessa leitura crítica, torna-se possível reconhecer que a história Kaingang não se resume a episódios de violência e expropriação, mas é também uma história de resistência. Mesmo diante de tentativas de assimilação e apagamento, o povo Kaingang preservou sua memória, seus saberes e suas práticas culturais, reafirmando sua presença no território.

As falas dos grupos focais desta pesquisa evidenciam essa vitalidade: suas narrativas desafiam estruturas coloniais ainda ativas e apontam para a urgência de reconhecer o protagonismo Kaingang na formação histórica e cultural do Oeste catarinense. Escutar suas vozes é um passo importante para construir o presente e o futuro com reconhecimento, respeito e dignidade.

O povo Kaingang e a luta por reconhecimento no Oeste catarinense

Ao longo da história, inúmeros mitos foram construídos sobre o povo Kaingang, os quais alimentaram estereótipos e distorções. Reconhecer esses impasses é essencial para superar a exclusão e reconstruir relações baseadas no respeito e na justiça. Esta seção evidencia como o povo Kaingang se percebe, interpreta sua relação com a sociedade não indígena e resiste para manter viva sua cultura ancestral.

O povo Kaingang é um dos mais antigos habitantes da região Sul do Brasil, com presença ancestral no Oeste de Santa Catarina. A chegada dos colonizadores, seguida pela ocupação sistemática das terras indígenas e pela negação da presença originária dos Kaingang, desencadeou processos de expropriação e aprofundou sua invisibilização.

Apesar dessas pressões históricas, o povo Kaingang preservou práticas culturais, vínculos comunitários e formas próprias de organização social e política. Sua continuidade demonstra a força de uma memória coletiva que resiste às tentativas de

apagamento e afirma, no presente, modos de vida construídos ao longo de séculos.

Atualmente, esse povo mantém presença significativa em cinco áreas no Oeste catarinense: Terra Indígena Xapecó (Ipuaçu), Reserva Indígena Toldo Imbu (Abelardo Luz), Reserva Indígena Kondá (Chapecó), Terra Indígena Toldo Chimbangue (Chapecó) e Terra Indígena Pinhal (Seara). Mais de 7.000 pessoas vivem nessas áreas, lutando diariamente pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, culturais e identitários.

Para compreender de que modo o povo Kaingang interpreta sua experiência no presente e enfrenta os desafios contemporâneos, realizei uma pesquisa com três grupos focais.— dois na Terra Indígena Xapecó e um na Terra Indígena Kondá — envolvendo cerca de 100 participantes. Foram propostas três questões: “O que significa para você ser Kaingang?”, “O que mais lhe dá orgulho na cultura Kaingang?” e “Você sente que sua identidade é respeitada fora da comunidade?”.

Os relatos dos participantes revelam que, hoje, ser Kaingang está profundamente ligado à defesa de direitos, ao reconhecimento social e ao tratamento equitativo fora das comunidades. O orgulho aparece associado à força da cultura, à união do povo e à longa trajetória de resistência. Ao mesmo tempo, muitos afirmam não se sentirem respeitados em espaços não indígenas, onde enfrentam olhares preconceituosos, desconfiança e julgamentos baseados na aparência. Como sintetizou um participante: “Ainda somos vistos com olhares preconceituosos, com inferioridade. Existe muito julgamento sobre nós.”

Essas falas evidenciam uma tensão central na experiência Kaingang contemporânea: a afirmação identitária convive com a persistência de estruturas sociais que deslegitimam sua presença. O orgulho cultural não é apenas um sentimento interno, mas uma estratégia de sobrevivência diante de práticas discriminatórias que seguem atuando no cotidiano. Ao reclamar por reconhecimento, os Kaingang denunciam a distância entre discursos formais de inclusão e a realidade concreta marcada por racismo, estereótipos e desigualdades históricas. Suas falas também mostram que a identidade não se resume à autodeclaração; ela se afirma em relação a um outro que, muitas vezes, insiste em negar seu valor. Essa

leitura reforça a necessidade de compreender a resistência Kaingang não como um traço isolado, mas como uma resposta contínua às formas de exclusão impostas pela sociedade envolvente.

Os anciãos expressaram forte preocupação com o enfraquecimento de práticas que consideram vitais para a continuidade do povo. Para eles, a perda do uso cotidiano da língua é um sinal alarmante: “Os nossos índios têm vergonha de falar o Kaingang fora da aldeia. Temos que ter orgulho de cultivar nossa língua.” Também lamentam o abandono de conhecimentos tradicionais, especialmente os ligados à cura: “É muito triste ver nossos parentes fazendo filas nos postos de saúde. Muitos não querem mais fazer o chá caseiro, sabendo que nossas ervas medicinais curam de verdade.”

Essas falas revelam um sentimento que vai além da nostalgia; são alertas sobre os riscos de ruptura entre gerações. A língua e os conhecimentos de cura aparecem como elementos que costuram o pertencimento e a memória coletiva. Quando esses fios começam a se desgastar, os anciãos percebem uma ameaça não apenas cultural, mas existencial, como se partes essenciais do mundo Kaingang estivessem sendo silenciadas. Suas palavras sugerem que a resistência não é apenas política, mas também cotidiana, feita no esforço de manter viva a língua na conversa simples e os saberes tradicionais nos cuidados do dia a dia. Ao expor essas preocupações, eles mostram que preservar a cultura não é um gesto de retorno ao passado, mas um modo de garantir continuidade, dignidade e autonomia no presente.

Ailton Krenak (2019) lembra que a sobrevivência indígena depende da criatividade e das estratégias herdadas dos antepassados, que permitem manter dignidade e autonomia diante da colonização e do apagamento cultural contemporâneo. Essa perspectiva dialoga diretamente com as preocupações expressas pelos anciãos Kaingang, que veem na língua, nas práticas medicinais e nos vínculos comunitários os pilares que sustentam a continuidade do povo.

Nessa direção, os relatos Kaingang reforçam que a resistência atual se desdobra não só frente à colonização histórica, mas também diante de formas mais sutis de apagamento, como o preconceito cotidiano, o avanço de valores consumistas e o enfraquecimento das relações comunitárias. Esses

desafios revelam que a continuidade cultural é um movimento ativo, que exige coragem, escolha e renovação permanente.

Embora inseridos nas dinâmicas contemporâneas, os Kaingang enfrentam o desafio de preservar elementos centrais de sua cultura, como a língua, o uso de ervas medicinais, os vínculos comunitários e a filosofia do bem viver. Essa preservação é também uma reivindicação de reconhecimento e respeito às suas formas próprias de existir. Krenak (2022) enfatiza que esse movimento de autorreconhecimento fortalece o autorrespeito e sustenta a continuidade das existências indígenas.

A interculturalidade crítica de Catherine Walsh oferece um passo adicional. Para além da convivência superficial entre culturas, ela propõe desestabilizar estruturas de poder e enfrentar a colonialidade que molda relações sociais e epistemológicas na América Latina. Sob essa lente, as experiências Kaingang não são apenas respostas aos desafios atuais, mas práticas que tensionam desigualdades históricas e afirmam projetos próprios de futuro.

Os relatos evidenciam, portanto, uma dinâmica marcada tanto pela permanência de saberes quanto pelos dilemas provocados por pressões externas. Essa combinação revela como interferências do mundo envolvente produzem perdas simbólicas, mas também como a consciência histórica e a ação coletiva abrem caminhos de fortalecimento cultural e político.

Considerações finais

A análise das narrativas de identidade nacional e de seus impactos nas memórias dos Kaingang do Oeste de Santa Catarina evidencia que retóricas frequentemente apresentadas como eufemismos criam a impressão de transformações sociais profundas, quando, na realidade, estruturas de exclusão e hierarquização permanecem ativas. Esse cenário exige uma reflexão crítica sobre nossas representações da alteridade, pois estereótipos e políticas de inclusão meramente formais podem, paradoxalmente, reforçar mecanismos de marginalização.

No caso dos Kaingang, as memórias coletivas de apagamento, violência e silenciamento demonstram que a simples adoção de vocabulários ou diretrizes inclusivas não garante o reconhecimento pleno de suas identidades. É nesse tensionamento entre discurso e prática que emergem estratégias de resistência e afirmação cultural, essenciais para compreender os desafios contemporâneos vividos por esse povo e sua persistência diante de projetos homogeneizadores de identidade nacional.

A articulação entre teoria e prática revela que a compreensão histórica constitui instrumento indispensável para refletir sobre as implicações da construção da identidade nacional no presente. Reconhecer como essas questões se formaram historicamente permite valorizar a diversidade étnica e cultural do Brasil e estabelecer caminhos para a ruptura de preconceitos e desigualdades. Nesse processo, a consciência histórica torna visíveis narrativas marcadas por juízos de valor sobre os povos indígenas e questiona os referenciais que sustentam modelos eurocentrados de nação.

Não basta reconhecer que a diversidade sempre existiu; é preciso promovê-la na prática. Isso se concretiza na valorização das expressões culturais, na representatividade nos meios de comunicação e no fortalecimento de uma educação inclusiva, antirracista e sensível às identidades originárias. Questionar padrões coloniais, assim como noções lineares e hierarquizantes de tempo e progresso, torna-se fundamental para construir novas formas de convivência social.

As percepções Kaingang sobre identidade e nação não se alinham à lógica eurocentrada. Para eles, identidade significa fortalecer a própria cultura em meio à pluralidade de povos, enquanto a noção de nação se vincula à retomada territorial e à construção da vida orientada pelo bem viver. Essa perspectiva evidencia que, ao longo dos processos de contato e colonização, os povos indígenas passaram por mutações culturais, redefinições do ethos e novas formas de pertencimento (RIBEIRO, 1970). A construção da nação brasileira, ao impor uma identidade homogênea, operou a partir da negação dessa diversidade. Superar tal negação, significar compreender, que a valorização da diferença é um processo contínuo, que demanda diálogo,

conscientização e ações concretas para a redução das desigualdades.

No início do novo milênio, a presença crescente de imigrantes haitianos, venezuelanos, sírios, senegaleses e de outras nacionalidades amplia o debate sobre como o Brasil, em especial a região Oeste de Santa Catarina, lida com a diferença. Esses fluxos tornam mais visíveis as tensões próprias da fluidez identitária descrita por Bauman e mostram que a identidade nacional segue sendo negociada em um campo de forças desigual, no qual alguns modos de existir obtêm reconhecimento enquanto outros permanecem marginalizados.

Esse panorama revela, por contraste, a longa permanência de práticas de exclusão que atingem povos originários como os Kaingang. Aproximar passado e presente evidencia que a construção de uma nação verdadeiramente plural depende do enfrentamento dessas desigualdades e da valorização efetiva das diferenças culturais. Reconhecer a resistência Kaingang e seus modos de viver como parte integral da história brasileira é essencial para que políticas, educação e práticas sociais promovam equidade, respeito e pluralidade de perspectivas.

Sob uma leitura mais ampla, a análise mostra que as tensões entre identidade nacional, memória e diversidade não são circunstâncias isoladas, mas expressões de processos históricos de longa duração. As experiências Kaingang revelam os limites de projetos de integração baseados na homogeneização cultural e destacam a importância de perspectivas que valorizem epistemologias, narrativas e temporalidades indígenas. Esse movimento contribui para desestabilizar concepções rígidas de nação e amplia os horizontes de reflexão sobre pertencimento e cidadania.

De modo propositivo, este estudo sugere que políticas públicas, currículos escolares, práticas institucionais e ações sociais devem incorporar, de forma contínua e efetiva, o reconhecimento dos povos originários como sujeitos de direitos, produtores de conhecimento e agentes fundamentais da história nacional. Isso inclui o fortalecimento das línguas indígenas, a garantia de territórios, a ampliação de espaços de participação e o combate sistemático ao racismo. A escuta das narrativas Kaingang aponta caminhos para reimaginar o Brasil como um país plural, capaz de

reconhecer e valorizar a diversidade que sempre o constituiu.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. **Os nomes dos outros:** reflexões sobre os usos escolares da diversidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.
- HELLER, Agnes. **História e vida cotidiana.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism.** Oxford: Blackwell, 1983.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** população indígena. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 set. 2025.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton; PIÚBA, Márcio. **O futuro é ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 2023. Original publicado em 1970.

RÜSEN, Jörn. **História viva:** teoria da história III. Brasília: Editora UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

TAYLOR, Charles. **O multiculturalismo e a política do reconhecimento.** São Paulo: UNESP, 1994.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad:** luchas (de) coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

WASSERMAN, Claudia. **Percorso intelectual e historiográfico da questão nacional e identitária na América Latina:** as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. Porto Alegre, dez. 2003.

GRUPO FOCAL KAIKGANG. **Entrevista realizada em 19 de Março de 2005, na Reserva Indígena Kondá, município de Chapecó - SC.** Acervo da autora.

GRUPO FOCAL KAIKGANG. **Entrevista realizada em 24 de Abril de 2005, na Terra Indígena Xapéco, município de Ipuacu - SC.** Acervo da autora.

GRUPO FOCAL KAIKGANG. **Entrevista realizada em 28 de Abril de 2005, na Terra Indígena Xapéco, município de Ipuacu - SC.** Acervo da autora.